

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1066/XII/3.^a

RECOMENDA AO GOVERNO A MANUTENÇÃO DA COMPANHIA DAS LEZÍRIAS E ALTER NA ESFERA PÚBLICA

A Companhia das Lezírias é, com cerca de 20 mil hectares, a maior exploração agropecuária e florestal existente em Portugal. Foi nacionalizada em 1975 e em 1989 tornou-se uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A área da Companhia ocupa a Lezíria de Vila Franca de Xira, a Charneca do Infantado, o Catapereiro e os Paus (Magos, Belmonte e Lavouras).

A exploração agrícola ocupa uma grande área da Companhia das Lezírias, com produção essencialmente de milho e arroz, para além de dispor de prados permanentes biodiversos e de pastagens, com cerca de sete mil hectares. Dispõe ainda de 130 hectares de vinha, dos quais 65% de castas tintas e os restantes 35% de castas brancas. O olival, para produção de azeite, estende-se por 71 hectares. Na área da pecuária produz-se carne de bovino com área geográfica delimitada, com métodos biológicos.

A Companhia das Lezírias tem 8.680 hectares de área florestal, essencialmente com povoamentos das quatro espécies, a saber: 6.725 hectares de montado de sobro, 971 hectares de pinheiro bravo, 508 hectares de pinheiro manso e 476 hectares de povoamentos puros de eucalipto. Como estes números mostram, a área é diversa mas com predominância de sobreiros. Assume assim uma grande importância para a preservação desta espécie. A área de montado é ainda de grande relevância para a conservação da natureza e da biodiversidade, para além de combater a erosão do solo e permitir sequestrar carbono. O montado confere ainda a essa área uma multiplicidade

de usos: agrícola, florestal, silvícola, pastorícia, apicultura e cinegética ao mesmo tempo que permite atividades de lazer. As boas práticas levaram a que grande parte da área florestal da Companhia das Lezírias (4.382 hectares) fosse classificada como “Floresta Modelo” pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo. A vertente turística é também uma das apostas da Companhia das Lezírias.

A Companhia das Lezírias integra ainda uma Coudelaria e um complexo desportivo para a prática de desportos equinos. As origens da Coudelaria de Alter remontam a 1748, tendo passado por vários períodos diversos. Mais recentemente, em 2007 a Coudelaria de Alter foi integrada na Fundação Alter Real (que abrange também a Coudelaria Nacional e a Escola Portuguesa de Arte Equestre). Em 2013, a coudelaria passou a ser gerida pela Companhia das Lezírias. Tem como missão a criação e valorização do cavalo Lusitano Alter Real e ainda a preservação do património genético animal da raça lusitana, quer na linha genética da Coudelaria Nacional, quer na linha Alter Real, assim como das raças Sorraia e Garrano.

O Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018 prevê para 2015 o “lançamento das concessões turísticas relativas à Companhia das Lezírias e Alter”. De acordo com o Ministério da Agricultura e do Mar, a área em questão é a Tapada do Arneiro (Alter do Chão), dado o conjunto de imóveis e de valores culturais aí existentes e também pela sua ligação à atividade da coudelaria local. A Tapada do Arneiro tem 800 hectares e é onde se localiza a Coudelaria de Alter. Estas características conferem à zona um mercado turístico muito específico.

O Município de Alter do Chão foi convidado a ficar com a exploração do turismo mas concluiu que “não estava em condições de assumir tal responsabilidade”.

A última proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente previa duas áreas de vocação turística em quase metade dos 20 mil hectares da Companhia das Lezírias, que inclui núcleos turísticos com área mínima de 100 hectares e resorts de 4 ou 5 estrelas. Contudo, passado um mês da divulgação do referido Documento de Estratégia Orçamental, a Câmara Municipal de Benavente anunciou que “deverá retirar, nos próximos dias, a proposta de classificação de terrenos da Companhia das Lezírias situados na freguesia de Samora Correia como Áreas de Vocação Turística”. Em todo o caso, o Ministério garantira antes que a concessão não estava dependente de alterações ao PDM.

Face ao previsto no Documento de Estratégia Orçamental e ao anúncio do Ministério, o Bloco de Esquerda apresenta a presente proposta no sentido de impedir qualquer concessão na Companhia das Lezírias e de garantir que a mesma se mantém sob propriedade e gestão pública.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo mantenha a Companhia das Lezírias e Alter sobre propriedade e gestão pública.

Assembleia da República, 6 de junho de 2014.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,